

## Metodologias Integrativas: Tecendo Saberes e Ampliando a Compreensão

Valéria Giannella e Vanessa Louise Batista

### Resumo

Este texto procura refletir e indagar os vastos campos ligados às práticas participativas, de ampliação da esfera pública, a partir das experiências coletadas neste número temático. Elas se inserem no âmbito denominado de Gestão Social e nos levam a ampliar/reconceituar este campo para além do *locus* costumeiramente tido como próprio da gestão. A dimensão metodológica, em sua declinação integradora, é o fio que nos guia nesta exploração, levando-nos a discutir a necessidade de ampliarmos os conceitos de racionalidade comunicativa, para além da comunicação lógico-racional; o conceito de esfera pública, que seja mais do que campo de luta entre argumentos racionais; o conceito de cidadania, como algo que alcança o nível planetário. E tudo isso como consequente à nova descrição da realidade enquanto rede altamente interconectada entre local e global, indivíduo e totalidade. Também reconhecemos que essas distinções são apenas, favoráveis à compreensão humana, mais do que estreitamente correspondentes à alguma realidade externa, seja o que ela for. Uma reflexão ampla, que religa a pesquisa e prática em Gestão Social às mais avançadas e inovadoras do campo unitário das ciências contemporâneas.

### Palavras-chave

Metodologias Integrativas. Participação. Sujeito Público/Cidadania Planetária. Interdependência Global.

### Abstract

This text wants to reflect and explore the vast fields linked to participatory practices, to the expansion of the public sphere, moving from the experiences collected in this special issue. They fall within the area named as Social Management and lead us to extend / re-conceptualize it beyond the *locus* we customarily assume is that of management. The methodological dimension in its integrative declination is the thread that guides us along this exploration, leading us to discuss the need to broaden the concept of communicative

rationality, beyond the logical-rational communication; the concept of the public sphere, as more than a battlefield among rational arguments; the concept of citizenship as something that reaches the planetary level. All that is due to the new description of reality as a highly interconnected network between local and global, individual and totality. We acknowledge, though, that these distinctions are meant more to facilitate human understanding than to closely represent some given reality. A broad reflection, which connects research and practice in social management to the most advanced and innovative in the unitary field of contemporary science.

**Keywords** Integrative Methodologies. Participation. Public Subject/Planetary Citizenship. Global Interdependence.

## INTRODUÇÃO

Apresentamos aqui – Valéria Giannella e Vanessa Louise – um espaço de reflexão e diálogo aberto, há pouco mais de um ano, com a chamada de trabalhos sobre “Metodologias Integrativas (MI) na Participação” que a RIGS acolheu, acreditamos por ser sua própria proposta editorial de inovação, experimentalidade e criatividade, condizente com a temática deste número. Os artigos aqui apresentados apontam para um novo paradigma das ações comprometidas com a participação social e popular, assim como trazem olhares pertinentes para uma práxis libertadora no campo da Gestão Social.

A RIGS é parte, a nosso ver, do processo de ampliação dos meios de debate e consolidação do campo temático da Gestão Social, um campo novo aninhado em outro (o chamado “Campo de Públicas”<sup>1</sup>), que se autodefine, desde a sua recente origem, pela discussão – e às vezes, a polêmica – em torno de seu próprio conceito matriz: a Gestão Social (GS). O que é, afinal, GS, ainda não foi definido pelos ocupantes desse campo, de forma unívoca e incontestada. Ainda ressoam em nossos ouvidos as discussões e debates travados nos ENAPEGS<sup>2</sup> ou nas reuniões de diversos projetos nas quais, vez ou outra, observamos e, provavelmente, fomos incomodados, com essa multiplicidade de entendimentos, de enfoques, de agendas... Como muitas outras coisas, neste período de transição, as velhas disciplinas demonstram os seus limites e não nos satisfazem mais; ao mesmo tempo, o que se apresenta como novo nos assusta, às vezes, pela sua indefinição excessiva, pela confusão, falta de objetividade... todas características que chocam com o ideal do que deveria ser o saber científico, pelo que aprendemos dele em nossa formação acadêmica e de pesquisadores.

A chamada para este número temático buscou mapear e destacar experiências que, por levar a sério o princípio da participação cidadã, indagam, refletem e experimentam metodologias apropriadas para realizá-la. Ora, já faz parte do debate corrente a desconfiança com a participação, já que ela se tornou um mote obrigatório de toda e qualquer política pública ou

projeto, sem que isso chegue a garantir a efetiva inclusão dos que, em cada situação, são ou serão afetados pelos problemas em pauta. É fato que, frequentemente, encontramos práticas tradicionais (tecnicistas e autoritárias) maquiadas pelo rótulo da participação. O tecnicismo e o desprezo a tudo o que não se apresenta nas vestes do conhecimento codificado como científico ainda vigora, e começamos a entender o quão profundamente a ciência moderna formatou a nossa visão e determina o que consideramos válido, e legítimo. As barreiras para a real integração na esfera pública dos que não comungam das mesmas formas de conhecimento, que não dominam a fala analítica ou o argumento racional, são concretas e muito difíceis de se transpor.

O intuito deste artigo introdutório é de apresentar sinteticamente, e sem pretensão de exaustividade, uma visão do campo da Gestão Social a partir de algumas contribuições recentes que se deram o objetivo explícito da autorreflexão. Após isso, adentraremos uma ilustração das que foram definidas de Metodologias Integrativas, descrevendo o referencial teórico e o intuito pragmático e político delas. Finalmente chegaremos a indagar algumas questões que podem parecer “de fronteira”, mas que originam da reflexão oriunda dos materiais aqui coletados (artigos e filme), se olhados a partir das inquietações que a ciência contemporânea instiga como um potencial ainda inalcançado, mas presente. Contamos com isso avançar e ampliar a busca que nos une: construir coletivamente os caminhos para sairmos da democracia formal e adentrarmos a democracia de fato, no Brasil como em outros países. Democracia que pede, hoje, uma reformulação do conceito de cidadania em um sentido que abranja a dimensão planetária, e da noção de convivência que extrapole o nível individual e social para integrar o transpessoal<sup>3</sup>. Fecharemos o artigo com uma breve apresentação dos materiais que compõem o número, ressaltando, ao “bordar” a teia das nossas conclusões, os pontos principais da visão construída a partir de uma livre análise de seu conteúdo.

## **DA GESTÃO SOCIAL**

Descrevendo a gestão a partir de um olhar moderno, característico da industrialização taylorista, ela é um conjunto de técnicas instrumentalmente orientadas<sup>4</sup>, codificadas e formalizadas, que tornam absoluta uma forma específica de racionalidade (a racionalidade técnica) e reificam os processos de produção (de produtos materiais ou imateriais<sup>5</sup>), assumindo a possibilidade de controlar e determinar todo e qualquer fator interveniente, com vistas à realização das metas pré-definidas de forma eficiente e eficaz.

Quando passamos à noção de “social”, ela remete-nos, de forma abstrata e sintética, às características da sociedade; com isso podemos imaginar (apesar dos diversos modelos de sociedade que podemos assumir como referência), algo heterogêneo, complexo, potencialmente conflituoso, variavelmente influenciado por estruturas de poder, culturas, condicionantes econômicos, políticos e ambientais. A gestão aplicada ao social não significaria tentar fazer deste último um objeto manipulável ao prazer de quem detém o domínio dos mecanismos do sistema vigente?

De fato, a junção dos dois termos pode gerar uma variedade de significações. Como já sinalizava França Filho (2008), podemos entender o social: a) enquanto adjetivo da gestão (uma gestão já não tecnicista e sim pautada e condicionada pela dimensão interativa e relacional); b) como seu objeto (uma gestão que se ocupa e visa solucionar os problemas sociais, sem que seja colocada em pauta a modalidade dessas soluções); c) ou, ainda, como o seu fim (sendo o objetivo dela o alcance do bem estar coletivo, sem que seja posta a questão de quem define os contornos de tal objetivo). Essas diversas declinações são detectáveis no debate com acentos e ênfases diferentes conforme as conjunturas e os autores observados.

Uma leitura contextualizada é a que propõem Boullosa e Schommer (2009) sinalizando como, na passagem entre século XX e XXI, diante de crises multifacetadas – ambiental, social, política, econômica e fiscal – começa-se a usar a locução “Gestão Social” como:

[...] expressão, que costumava designar variadas práticas sociais, entre organizações de origem governamental, na sociedade civil, em movimentos sociais e empresariais – relacionada às noções de cidadania corporativa ou de responsabilidade social, parece assumir progressivo caráter de solidez, passando a representar um modo especial de problematizar e gerir realidades sociointeracionais complexas. A noção de gestão social indica e fortalece um novo modelo de relações entre Estado e sociedade para o enfrentamento de desafios contemporâneos. Um modelo no qual o Estado revê sua suposta primazia na condução de processos de transformação social e assume a complexidade de atores e de interesses em jogo como definidora dos próprios processos de definição e construção de bens públicos (BOULLOSA; SCHOMMER, 2010, p. 66).

Na falta de maiores consensos, podemos identificar um núcleo de três questões que transversalizam o campo da GS, sendo elas:

- A necessidade de encontrar novos conceitos que descrevam a insurgência de um tipo novo de relações entre as esferas do Estado, do mercado e da Sociedade, cujos objetivos e lógicas já foram consideradas como absolutamente diferentes; conceitos como “sujeitos públicos não estatais” (com as ressalvas e precauções sinalizadas por França, 2008) e “co-produção do bem público”<sup>6</sup> aparecem e se afirmam neste âmbito (SCHOMMER *et al.*, 2011);
- A urgência de inclusão no espaço da cidadania de amplos bolsões de população para os quais, ainda, essa palavra é vazia de conteúdo concreto, mas, ao mesmo tempo, a impossibilidade de se contentar com uma noção de cidadania formal que vá pouco além da expressão do voto e do direito a ser consumidor de bens e serviços. Nesse âmbito é que emergem os estudos e práticas de socioeconomia solidária, além do vasto debate sobre a participação, o que nos leva, de pronto, à terceira questão;
- A necessária redefinição das práticas da gestão para superar sua concepção estreitamente tecnicista e instrumental (ligada à primazia do cálculo econômico entre custos e benefícios), para transitar em direção a uma gestão partilhada e dialógica; aqui abre-se espaço para a reflexão sobre as novas formas de ação gerencial e como elas podem desenvolver a participação no tocante à deliberação e execução de projetos e ações sociais e/ou institucionais (REPETTO, 2005).

Cada um desses âmbitos apresenta pautas e programas de pesquisa/ação parcialmente distintos e é desafiado por questionamentos e contradições específicas. Contudo, a discussão sobre a natureza, delimitação e fundamentos da GS não é o cerne deste artigo, mas sim as MI, as quais potencializam as reflexões acerca dos métodos adotados em procedimentos gerenciais diversos. Assim, o que interessa aqui é que a Gestão Social, diante de tanta complexidade, variedade de interpretações e abordagens, parece oscilar entre duas posturas epistemológicas marcadamente diferentes: por um lado, uma vertente preocupada em consolidar a GS enquanto campo de conhecimento científico<sup>7</sup>; por outro, uma que enxerga a natureza polimórfica do campo, não como consequência de imaturidade a ser superada em fases sucessivas, mas sim como característica estrutural a ser assumida, inclusive com base numa crítica ao discurso cientificista ainda dominante, mas evidentemente em crise (CAPRA, 2001; DAMASIO, 2005; SANTOS, 2008).

Muitos autores defendem hoje que o novo paradigma, necessário para enfrentar a crise global que nos atinge, revira de ponta cabeça a antiga ideia de que as ciências humanas, em sua maturidade, seriam tão exatas, objetivas e capazes de controle e previsão quanto as ciências da natureza. O que se observa é o processo oposto: são as novas ciências da natureza que assumiram muitas das características antes tidas como próprias das ciências sociais: a interferência entre observador e observado, a historicidade<sup>8</sup>, a relevância dos contextos em determinar a evolução dos organismos e dos fenômenos. O novo discurso da ciência deve se basear no reconhecimento dos limites da racionalidade que aplica e no esforço de leitura/escuta/diálogo com outras racionalidades, lógicas, formas de entender e explicar o mundo (cosmovisões). O discurso em torno das Metodologias Integrativas só se entende, justifica e alimenta neste segundo quadro, de crítica à ciência como único discurso válido sobre a realidade, e a partir da assunção que ela seja parte de uma “*ecologia de saberes*” (MORAES, 2008; SANTOS; MENEZES, 2010; GIANNELLA, neste número).

## **DAS METODOLOGIAS INTEGRATIVAS**

O campo de pesquisa e ação que apontamos com a definição de MI abre-se em decorrência da reconhecida importância da construção de políticas públicas de forma participativa e inclusiva. Também se afirma, relacionado à área da educação e, no geral, de qualquer âmbito de ação que se beneficie do envolvimento integral<sup>9</sup> do ser humano para o seu êxito, a exemplo de projetos de desenvolvimento local/territorial/regional integrado e sustentável.

Antes de sintetizarmos o que definimos com esta locução (MI), é importante destacarmos como a própria origem dessa vertente de pesquisa é causada e se explica a partir da observação e reflexão em torno de processos participativos (GIANNELLA; ARAÚJO; OLIVEIRA NETA, 2011).

Sayago (2012) nos lembra o inegável interesse que o princípio democrático da participação desperta, ao mesmo tempo alimentado pela esperança de construção de governos mais justos (abertos à escuta das instâncias e necessidades dos governados) e enquanto princípio de legitimação das decisões e ações assumidas.

O recurso à retórica da participação tornou-se hoje praticamente obrigatório, como mostrado pela análise de qualquer edital de projeto nacional ou internacional, especificamente no campo do desenvolvimento territorial e das políticas voltadas ao cidadão (educação, saúde, assistência social, cultura). Rahnema (2000) chega a detalhar até seis razões pelas quais governos e instituições ligadas ao desenvolvimento podem ter interesse em aplicar o conceito de participação nas políticas que idealizam e implementam. O que se destaca são as grandes ambiguidades que as práticas participativas podem acarretar, por construir um arcabouço político institucional aparentemente inovador, mas, de fato, não suportado por condições sociopolíticas e culturais apropriadas (SAYAGO, 2012). O risco concreto e amplamente documentado em inúmeros casos é o de manipulação e de imposição mal disfarçada de modelos de desenvolvimento alheios (os do ocidente consumista) que se assumem como melhores, mais avançados e capazes de garantir o progresso das comunidades e sociedades onde forem aplicados. Os conceitos de empoderamento, autonomia e emancipação deveriam ser necessariamente co-presentes quando da realização de qualquer prática participativa (FERRARINI, 2008; RAHNEMA, 2000).

Esses argumentos destacam que elementos estruturais dos contextos onde as práticas participativas ocorrem determinam uma situação hostil e desfavorável à sua realização: a persistência de culturas políticas ainda fortemente marcadas pela visão assistencialista, patrimonialista e clientelista (SAYAGO, 2012; TENÓRIO, 2012) são ao mesmo tempo destacadas pelos teóricos e pertencentes à noção de senso comum de qualquer cidadão. A sensação que acomete a população (especialmente a mais desfavorecida) é de que “sempre foi assim e não vai mudar agora” e isso contribui para a ideia de que a retórica participativa é mero engano.

Ora, é importante notar que, ao analisarmos este debate sobre participação, estamos, de fato, abordando duas dimensões diferentes e, no entanto, estreitamente imbricadas uma na outra. Como já apontado logo acima, uma primeira diz respeito às características estruturais dos contextos político-institucionais onde os processos participativos acontecem; a existência de “infraestrutura normativa” (CAILLOU, 2013) que ampare a participação; a cultura política sedimentada nas instituições e nos representantes institucionais. Uma segunda questão diz respeito à disposição associativa e participativa dos próprios cidadãos, a qual depende de múltiplos fatores, não último dos vários elementos citados enquanto constituintes da primeira dimensão. Pois é evidente que em contextos onde as decisões políticas, reconhecidamente, acontecem através das práticas tradicionais da política autoritária, do clientelismo e patrimonialismo, existe um desincentivo poderoso ao envolvimento participativo de qualquer cidadão<sup>10</sup>. É comum esse cidadão reconhecer a participação como máscara que legitima os procedimentos convencionais da política e é igualmente comum que esse cidadão se exima de participar de uma “representação” na qual não vai ter ganho algum. Diante de situações dessa natureza a escolha de não participar é, sem dúvida, uma opção razoável e compreensível. Ao mesmo tempo, podemos indagar: quais seriam as formas de mudar isso? Quais os antídotos e as estratégias para que essa situação possa ser transformada? As respostas para isso não são óbvias, mas acreditamos que uma delas está localizada exatamente no que podemos chamar de “construção de novos sujeitos públicos”, sujeitos autônomos, empoderados<sup>11</sup> e capacitados para contribuir para a mudança das regras

do jogo. É nesse ponto exato que se insere a discussão sobre as MI.

## **Integrando o conceito de racionalidade comunicativa**

Um dos primeiros elementos que ocorrem ao se pensar na construção de novos sujeitos públicos é a educação. No entanto, as falhas da educação (formal) brasileira acabam oferecendo mais um elemento contra a possibilidade de que as decisões sejam tomadas de forma participativa. Por exemplo, Pinho (2010), considera:

Assim acreditamos que, na situação do Brasil, fica muito distanciada a possibilidade de interações deliberativas, onde todos tenham voz, porque a capacidade de compreensão da realidade, de efetivo engajamento e acompanhamento de um debate, de construção de raciocínios e verbalização dos mesmos ficam extremamente prejudicados. (PINHO, 2010, p. 46).

E ainda:

“[...] mais do que lutar pela participação que ficaria comprometida nas condições estruturais [...] da realidade brasileira, empurrando massas para o debate onde serão tragadas pelos mais capacitados, seria lutar pela progressão das condições educacionais” (PINHO, 2010, p. 51).

É possível contra-argumentar que, essa visão, aborda a questão da educação de uma forma simplória e que deixa de considerar dois elementos importantes. O primeiro diz respeito a uma avaliação mais apurada do papel do sistema educacional com relação à formação de cidadãos participantes. O debate sobre a capacidade da educação de ser formadora de sujeitos aptos à análise crítica da realidade e dispostos ao envolvimento participativo, e não apenas reprodutora de sujeitos engajados na competição no mercado global, nos permite avaliar com mais clareza a natureza da ressalva exposta acima. Dito de outra maneira: não é qualquer educação que seria condizente com a “construção de novos sujeitos públicos”.

Outro aspecto relevante é que, apontando o presumido despreparo dos cidadãos para participar, se negligencia o fato de que os próprios processos participativos podem constituir eficazes dispositivos educacionais, de natureza informal, contextualizados, significativos e mobilizadores para os sujeitos neles envolvidos. Ora, se a participação é um direito de todos e os processos participativos podem ser enxergados como um dispositivo de formação de cidadãos capacitados para tratar de problemas públicos (os novos sujeitos públicos dos quais falamos acima), decorre que precisamos problematizar as modalidades concretas em que essa participação se dá. Os paradigmas, as teorias, as lógicas, os métodos e as linguagens que a constroem.

Podemos observar que grande parte dos debates, análises e intervenções com vistas à avaliação e implantação de processos participativos são pautados em uma visão abstrata de universalidade do acesso à esfera pública<sup>12</sup>. Essa visão é baseada na chamada “virada argumentativa” (FISCHER; FORESTER, 1993) nas ciências sociais aplicadas e tem os conceitos de racionalidade dialógica ou comunicativa e de processos deliberativos entre os

seus referenciais principais.

Através dessas noções, pretende-se tirar a racionalidade do domínio exclusivo do cálculo, do tecnicismo, da instrumentalidade e objetividade absoluta, para colocá-la no campo da comunicação intersubjetiva, da escuta do outro e da necessidade de entendê-lo e apontar para a dimensão de construção cooperativa do sentido e do acordo intersubjetivo acerca da realidade, especialmente em situações que visam à resolução de problemas. Ora, apesar da grande relevância desse passo, o ponto crítico dessas referências é que elas corroboram a ideia de que em nossas sociedades só tem acesso à cidadania quem partilhe da forma dominante de estar no mundo; como já destacado em Giannella (2008), elas nos apresentam um mundo no qual o direito à cidadania pertence apenas aos bem educados, àqueles que saibam participar da luta para apresentar os melhores argumentos racionais para sustentar seus pontos de vista na exigente arena democrática.

Pois, ainda nos cabe perguntar o que será daqueles cujo acesso à instrução e educação foi praticamente negado, quais serão as suas reais possibilidades de participação? Será inelutável continuar com a ideia de que a racionalidade, agora argumentativa ao invés de tecnicista, é indiscutivelmente a única e superior entre todas as formas dos seres humanos interpretarem sua realidade?

Para enfrentar esses questionamentos, contamos hoje com um amplo leque de referências que nos ajudam na árdua tarefa de tirar a dimensão lógico-verbal<sup>13</sup> de seu trono absoluto ao se tratar de cognição humana. Traremos aqui dois aspectos que, sinteticamente, aludem à necessidade de alcançar uma visão integrativa e não dualística da cognição (e da vida) humana.

Em primeiro lugar, a concepção das inteligências múltiplas de Howard Gardner (2000), a qual veio revolucionar a ideia reducionista da inteligência humana como algo exclusivamente relacionado às capacidades de cálculo e análise para comprovar a existência de (até o momento) nove inteligências, incluindo a relacional, linguística, lógico-matemática, musical, espacial, corporal/cinestésica, interpessoal, intrapessoal, e naturalística. Os impactos dos estudos de Gardner no campo da educação são imensos e ainda amplamente inexplorados. Basta pensar no que implicaria o planejar e “ministrar” as nossas aulas a partir do objetivo de estimular o desenvolvimento dessas múltiplas inteligências ao invés de, apenas, a lógico-matemática que, na maioria dos casos é, ainda, a única reconhecida, valorizada e sistematicamente fomentada em nossas instituições educacionais<sup>14</sup>. Da mesma forma, além de indagar como poderíamos trazer em nossas aulas a consciência de que os estudantes possuem múltiplas inteligências, poderíamos também pensar no que isso implica para os próprios processos participativos.

Um segundo aspecto é trazido pelas mais avançadas neurociências e estudos da cognição humana, os quais nos alertam sobre o engano da visão clássica da ciência que separava em dicotomias irreduzíveis o corpo da mente, a razão da emoção (DAMASIO, 2005), o objeto do sujeito..., e chegam a afirmar a indissociabilidade desses elementos. É só através da mente incorporada (VARELA; ROSCH; THOMPSON, 2003) e da razão sensível (MAFFESOLI, 2005) que a nossa cognição, isto é, a exploração, interpretação, apreensão e ação no mundo, são possíveis e se realizam. No entanto, como já destacado em Giannella,

Araújo e Oliveira Neta (2011):

[...] reconhecemos que esta recomposição não é nada óbvia, nem natural e que, muitas pessoas que poderiam aproveitá-la (professores, educadores, técnicos, agentes de desenvolvimento, líderes comunitários), ainda estranham bastante ao ouvir falar de re-integração dos corpos ou das artes, ou emoções, nos processos que, diariamente, lhes cabe facilitar. Expressões de surpresa e perplexidade, ou até de espanto, desenham-se nos rostos dos que escutam estas afirmações; embora, muitas vezes, estas mesmas pessoas afirmem as insatisfações e angústias vivenciadas em sala de aula, ou em outros lugares de suas práticas, por não conseguirem mobilizar a integralidade da inteligência dos estudantes, nem estimular seu interesse e capacidade criativa<sup>15</sup> (GIANNELLA, ARAÚJO, OLIVEIRA NETA, 2011, p. 145).

É necessário, para se alcançar a reintegração de componentes tão longamente considerados antitéticos, muita coragem, muita ousadia, muita insatisfação... E aqueles que vivenciam tal integração podem perceber em uma entrega a um movimento inovador, inventivo e libertador, como nesse depoimento:

Meu maior desafio era aceitar o novo, pois apesar de ser educadora militante, tinha muita resistência à transformação. Por mais que falássemos de uma educação diferente, estava presa no medo de errar. Com o passar dos dias fui me entregando àquela metodologia que dava autoconfiança para me libertar (Gorete Barradas (educadora popular) em BARON, 2011, contracapa).

Com essas bases e premissas, podemos lançar um olhar mais atento e crítico às condições de uma participação apenas pautada no uso dos códigos dominantes, que confirmam as fronteiras já postas da inclusão/exclusão e impedem o que, no discurso, almejaríamos, isto é, a ampliação do acesso à esfera pública para novos sujeitos. A mais radical inclusão que podemos imaginar é a que amplie as formas de expressão para além das sacramentadas como normais pelo paradigma dominante nos últimos cinco séculos.

Diante disso, e incluindo a observação crítica a partir da vivência direta de processos participativos, elaboramos inicialmente o conceito de Metodologias Não Convencionais (GIANNELLA, 2008; GIANNELLA; MOURA, 2009) e, em seguida, cumprindo a passagem de uma definição negativa para uma positiva, o conceito de Metodologias Integrativas, o qual definimos da seguinte forma:

Chamamos de Metodologias Integrativas as abordagens, técnicas e métodos, norteados pela busca de uma recomposição entre as partes cindidas do ser humano. A mente se incorporando, a racionalidade tornando-se sensível, a ciência subjetivando-se, o método abrindo-se para a intuição e a criatividade, etc. (GIANNELLA, ARAÚJO, OLIVEIRA NETA, 2011, p. 143).

A primeira definição, apesar de sua negatividade (Metodologias Não Convencionais), ressalta o quão “não usuais” tais práticas são; e a segunda (MI) indica a necessidade de se convencionar outra forma de atuar diante das situações profissionais e políticas nas instituições e comunidades. Assim sendo, é preciso compreender que a dimensão

integrativa das metodologias indica uma real troca de saberes e poderes, considerando a *diversidade* (geo-histórica, ético-política, afetivo-cognoscitiva) das pessoas a quem compete responsabilidade deliberativa, decisória e executiva. O embasamento teórico mais detalhado e o enraizamento dessa proposta no campo da virada paradigmática, do positivismo para o pós-positivismo, que caracteriza as MI, também pode ser conferido em Giannella (2008). Além do mais, cabe-nos aqui um outro destaque, para evitar o equívoco de se pensar as MI enquanto “técnicas” necessárias quando pretendemos envolver os “pouco educados”, os que, por serem radicalmente excluídos, não dominam os códigos comunicativos vigentes.

Não há razões para se usar de recursos integrativos (desenhos, mapas afetivos, teatralizações, jogos, música e canto; da possibilidade de se reconhecer em suas raízes humanas e culturais), apenas com quem não tiver familiaridade em argumentar, analisar, diagnosticar, prognosticar, nos moldes postos pela ciência e pelas várias vertentes acadêmicas. Pois, essas outras modalidades de interpretação e expressão são, de fato, uma forma para libertarmos e valorizarmos o ser criativo escondido e censurado dentro de cada um/a, provavelmente, mais ainda nos altamente educados do que em quem não teve esse treino e experiência. E não é sempre mais comum se reconhecer a necessidade de nos afastarmos dos esquemas conhecidos de solução dos problemas que enfrentamos, pois eles (os esquemas) são parte do mesmo paradigma que criou os problemas e a crise geral que nos acomete? A criatividade não é um dos recursos apontados como estratégico para encontrarmos os novos caminhos que estamos precisando (GIANNELLA, 2008; MELUCCI, 1994; RUAS, 2005)?

De fato, a abordagem das MI move de um posicionamento epistemológico de crítica ao paradigma cientificista ainda dominante em nossas sociedades e campos disciplinares. No novo paradigma em construção, a religação dos saberes (MORIN, 2001) e reintegração das dualidades com que a ciência positivista nos acostumou (MORAES, 2008; VARELA; ROSCH; THOMPSON, 2003) são passos primordiais. A superação das dicotomias é, de forma aparente, uma exigência do nosso mundo em transição, em muitos e muitos campos. Nas organizações, precisamos de gerenciamento criativo para enfrentar os múltiplos desafios da complexidade ambiental; em toda aplicação de métodos predefinidos, a capacidade de redefinição e improvisação é primordial; em toda atividade de planejamento, se exige flexibilidade e resiliência, sob pena de irrelevância e ineficácia... O que ainda precisamos compreender (e não apenas com as nossas mentes e sim pela sensibilidade do corpo, pela emoção, pela intuição de dimensões transcendentais) é que a oposição entre corpo e mente, razão e emoção, arte e ciência, cultura e natureza, criatividade e método, ordem e desordem, planejamento e improvisação..., não é algo natural e sim *uma construção historicamente determinada que denominamos de ciência ocidental e de positivismo nas ciências sociais*.

Um passo a mais, que os materiais aqui coletados nos permitem ousar, é destacar como o recurso às inteligências múltiplas dos sujeitos, o criar espaço para que se manifestem enquanto sujeitos criativos e integrais (incluídos enquanto corpóneos, razão sensível e emocionada, eus que reconhecem a conexão com os outros em uma unidade maior) pode ser vetor de empoderamento, fator de auto(re)conhecimento, e contribuir, portanto, com sua trajetória de autoconstrução enquanto sujeito público e planetário (MORIN, 2013).

As MI, portanto, pressupõem a transição de um olhar tecnicista e homogeneizador de práticas e discursos para outro enraizado nos processos de vida e na cultura viva das coletividades para fazer valer o respeito às individualidades no tocante ao viver junto. Assumindo uma visão de “ecologia de saberes”, elas preconizam a aproximação e diálogo entre saberes (o técnico, o popular, os saberes indígenas, tradicionais, etc.) e se embasam em uma revisão acerca das posturas ideológicas que contribuem para a transformação social, especialmente chamando atenção sobre a natureza do que se considera objeto dessa transformação: não apenas as estruturas econômicas, mas a realidade humana em suas dimensões psicológicas, psicossociais e coletivas, comunitárias, societárias e planetárias.

A participação, nesses termos, possibilita atingir níveis profundos de mudança, identificando nos modos de convivência o lugar privilegiado para facilitar processos dialógicos<sup>16</sup> em busca de atingir condições propícias para que estes sempre ocorram. Nesse sentido, a liberdade é conquistada no momento de seu exercício e o resultado esperado se faz enquanto processo. Cada prática integrativa leva os sujeitos a níveis distintos de consciência de si, do outro e do todo. Todas elas diversificam e norteiam as formas de encontro e podem, ainda, amplificar a visão de mundo daqueles que dialogam e trocam experiências e saberes. A profundidade ou a superficialidade dessas práticas se dá mediante a conexão legítima do que se denomina encontro: “lugar” em que as subjetividades se tocam e se transformam mutuamente, deixam de ser apenas razões apriorísticas e constituem-se na evidenciação de um campo amplo e profundo para construção de um novo pertencimento.

## **O QUE OS MATERIAIS AQUI REUNIDOS NOS LEVAM A DIZER**

O proporcionar mais opções, além das postas pelos paradigmas dominantes, abre os olhos sobre novas possibilidades. Cria momentos de enfrentamento/acolhimento do inesperado, leva a sair da zona de conforto, abre o espaço para a desmecanização, para aquele tempo de pausa que, conforme Bondia (2002):

[...] nos aconteça ou nos toque e requer um gesto de interrupção [...] requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, escutar mais devagar, parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, [...] suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço (BONDIA, 2002 *apud* ZIANI, p. 202, neste número).

A observação dos materiais aqui coletados leva-nos a dizer que o que se apresenta como gestão manifesta campos distintos do saber e do fazer, e que a participação social foi dimensionada de diferentes formas em cada um dos trabalhos relatados. Entre os focos metodológicos (artístico, psicológico, transpessoal urbanístico, performático, crítico-reflexivo), forma-se um eixo orientador e aglutinador que pode ser interpretado como um fluxo de ações, reflexões e transformações passíveis de serem empreendidas dentro dos espaços de vida como alternativa ao funcionamento do mundo-máquina. Um caminho de

transição entre um paradigma positivista/determinista/ mecanicista e outro pós-positivista/holístico/transpessoal.

Assim, o recurso às MI possibilita a construção de um novo modo de viver e conviver socialmente, nos espaços de trabalho, educação, lazer, do morar e do habitar. A sua construção exige, necessariamente, uma prática participativa onde o sujeito partilha o seu conhecimento no campo do diálogo, pois o que se deseja conhecer é quais métodos proporcionam um fluir de aprendizado e saber, transformando os espaços de domínio em lugares de liberdade e criação (FREIRE, 1994). Não basta a construção de algo novo, apenas; é preciso que tal construção traga um legado coletivo e tenha sido gestada entre aqueles que usufruem, se beneficiam e respondem pelas práticas executadas e os resultados alcançados. De todos e para todos.

Nessas práticas, manifestam-se dimensões ontológicas e epistemológicas (do ser o do saber) que geram reconfigurações pragmáticas diferentes das cooptadas ou vinculadas aos tradicionais sistemas de dominação e soberania. As MI, portanto, são facilitadoras da emersão de diversas *dimensões da esfera pública*<sup>17</sup>, *estética, política, epistêmica e ética (enquanto conjuntos dinâmicos de elementos em tensão, sincrônica e diacronicamente)*, vivenciando aquelas nas quais se deflagram distintos modos de emancipação e atualização do potencial do *sujeito público e planetário*. Aqui, participação e consciência compõem-se em níveis e estados inovadores de existência do sujeito. Elas extrapolam o espaço de aprendizagem individual, se derramam pelo cotidiano e se conectam a outras situações e pessoas na busca de construir um novo *Zeitgeist*<sup>18</sup>.

Vale ressaltar, aqui, uns pontos de reflexão para identificar as brechas existentes para superação das modalidades tecnicistas, a fim de realizar processos participativos com vistas à construção de novas trajetórias da existência dos sujeitos e das coletividades junto da Natureza:

- Em primeiro lugar, faz-se necessário perceber a Vida a partir de uma visão complexa e profunda na qual o ser humano não é mais o centro, e sim parte interdependente de uma grande teia (CAPRA, 1997; GÓIS, 2008). A vida sociocultural e ecológica precisam de uma conexão ampla e profunda, a fim de gerar a superação da noção de supremacia e/ou predominância cultural em relação à vida natural. Desse modo, a dicotomia “cultura X natureza” não encontra vasão, nem sustentação na produção da realidade social, mas sim a perspectiva da igualdade e da diversidade, as quais coadunam em um processo de revitalização do sujeito público na/da coletividade diante da vida natural a que pertence;
- Nos espaços da vida pública, mais especificamente, na relação entre técnicos e população, há um distanciamento *a priori*, baseado na ideia da objetividade da técnica (e, por consequência, do técnico), o qual precisamos repensar a partir dos novos referenciais e que requer, na convivência, o cuidado de todos para a desmitificação desse modelo. É, portanto, gerar a participação efetiva que se pauta na vinculação afetivo-cognoscitiva entre as pessoas e as trocas de saberes possíveis;
- Em paralelo com o ponto anterior, também a relação entre a sociedade civil e o poder

público apresenta o mesmo problema. As possibilidades de contato e vinculação, apesar de parecerem improváveis, são caminhos possíveis de aproximação dos conceitos e ideias, assim como de abertura da esfera pública, não apenas para a elite cultural e econômica, mas para uma maior amplidão de sujeitos;

- A relação do saber popular com os outros saberes (técnico-científicos, político-governamentais) proporciona novos caminhos para a gestão social de espaços e territórios. Esse processo, ao se fazer presente, traz consigo uma fluidez da vida pública que, ao mesmo tempo, remete os participantes a situações particulares e singulares dos grupos aos quais pertencem, como também proporciona a compreensão dos olhares e posicionamentos diferentes dos seus, em um movimento amplificador de troca e compreensão mútua. Processos dessa natureza proporcionam um olhar contextualizado e referendado na experiência específica da vida em cada grupo, enquanto gera a ampliação de uma esfera de convivência em que outros saberes adentram e compõem novas visões, a diversidade de conhecimento interconectado, e indica caminhos de maior abertura à produção de conhecimentos válidos para a Vida, em sua plenitude;
- As várias esferas de poder, convencionadas socialmente, constroem uma forma organizativa da sociedade ocidental. Para diluir ou dissolver a rigidez e o autoritarismo dessa estrutura, é importante que estejamos preparados para conhecer (juntos) outros modos de gerir e articular novos papéis e funções socialmente construídos;
- A participação na vida coletiva reverbera individualmente e possibilita aos sujeitos experimentarem e desenvolverem em si os diversos *status* (o estético, o político, o epistêmico e o ético) pertinentes ao viver em sociedade. As perspectivas individualistas tendem a se esvaír diante de circunstâncias coletivas agregadoras que possibilitem promover novas formas de consciência, individual, social e planetária, mutuamente interligadas. Quando há um legítimo engajamento grupal, cada indivíduo pode (e deve) se manifestar de maneira distinta e genuína diante da força expressiva de sua individualidade frente ao poder partilhado na coletividade. *A participação é educativa por natureza*;
- Os estados de consciência/presença (GROF, 1983; WILBER, 1990) que levam os sujeitos a estarem plenos de suas potencialidades, encontram na corporeidade (MERLEAU-PONTY, 1984; GÓIS, 2008) as condições para extrapolarem o sistema lógico-argumentativo como única forma de contato e troca intersubjetiva. Fica evidente, portanto, que a vivência se torna o real foco de/para a construção de encontros efetivos. A corporeidade é um caminho possível para a experimentação de uma outra racionalidade (MORIN, 2001; GÓIS, 2008) na qual as dicotomias cultura-natureza, corpo-mente, razão-emoção,... perdem sentido, gerando a necessidade de novas, e mais amplas, construções cognitivas;
- A partir do novo paradigma em construção, chegamos a poder pensar a mente, não mais restrita aos fenômenos humanos e cerebrais, tampouco aos hábitos lógico-racionalistas, mas enquanto conexão entre as diversas dimensões da existência universal (BOAINAIM, 2003; GÓIS, 2008). A partir dessa compreensão, a

individualidade integra-se ao todo, o qual se expressa nas particularidades como forma de inteligência amplificada. A mente, aqui considerada, inclui um corpo extenso, do qual o homem é parte. Ela é holográfica<sup>19</sup> e o seu centro é a Vida (GÓIS, 2008);

A perspectiva ética pode ser alcançada e percebida como um estado de existência e não como um dever. Sua base fundante é o exercício da liberdade, sabendo que essa “não se alcança nem se persegue se não for livremente. A sua demanda é já o seu exercício” (ESPINOSA, 1983, p. 18). Nessas condições, o indivíduo torna vivo o sentimento de liberdade através da prática intersubjetiva constante e atualizada, relacionando-se com o outro na construção da vida comum e de si mesmo. Assim, só é possível ser quem se é, sendo! (ESPINOSA, 1983) Tal movimento transcende o sentido normativo, da moralidade imposta socialmente. Ele acontece no instante da abertura para o novo, em um processo de desvendar os próprios olhos das amarras ideológicas de dominação e de abrir-se para o outro a ser conhecido em sua totalidade. A abertura para o novo caracteriza-se, portanto, pelo ato de inventar a si mesmo na relação com o outro e de encontrar formas viáveis para concretizar as condições necessárias de emergência de uma vida comum. “Isto é busca de significado, é invenção do sentido, é auto-produção do homem. É vida” (CIAMPA *apud* BATISTA, 2008, p. 183).

O mover dessas novas noções de mente e ética (BOAINAIN, 2003; GROF, 1988), através da consciência da interconexão e interdependência, produz, necessariamente, uma reformulação dos modos de gerir o convívio social. Nessa perspectiva, a reflexão acerca da distinção entre o público e o privado, indica muito mais suas vinculações e interdependências do que a cisão rígida e dicotômica proveniente das práticas gestionárias dos sistemas vigentes. O eu, tu, nós e eles são mais que pessoas do discurso, são consciências das instâncias de pertencimento e enraizamento, promotoras de encontros, transições e transformações pessoais, coletivas e, quiçá, planetárias.

Essa conexão traz e leva o sujeito a campos cognitivos/experienciais intermináveis e o coloca em condição de ocupar o lugar público, respeitando sua individualidade, conectada às mais amplas dimensões do Todo. Condição que proporciona a emergência da diversidade de olhares e posicionamentos a partir de uma ligação pacífica entre os seres, remetendo-os às possibilidades de transposição da passividade e de apropriação dos estados e posições ativos e claros diante das lutas pelo poder. Os conflitos derivados das posturas de luta são incluídos como parte do que se deve cuidar e gerir dialógica e continuamente, a fim de transpor os limites positivistas de conhecimento e vivência. Para tanto, o diálogo coloca cada qual de frente para si, como quem pode reformular seus modos de pensar, sentir, olhar, amar e, enfim, viver.

A força do pertencimento em condições expandidas de consciência, de diálogo e de trocas diversas pode levar à superação do desejo de domínio, ou do conformismo à subordinação, muito embora esse processo não esteja posto a todos e precise ser estimulado através de práticas que integrem a diversidade de papéis sociais, de saberes e de modos de vida em sociedade e no planeta.

## O MAPA DOS ARTIGOS

O número que aqui introduzimos compõe-se de seis artigos e um documento visual – além deste introdutório – cujo conteúdo acenamos a seguir:

- *Da Timidez à Participação: Construindo Metodologias para a Prática da Gestão* relata a experiência do projeto “Gestão Social nas Escolas” implementado em Juazeiro do Norte (Cariri, CE). A escola apresentada - como um espaço privilegiado voltado à iniciação dos sujeitos na sociedade ocidental - é um equipamento urbano estratégico para a manutenção do *status quo*, como também para a transformação social e paradigmática. A relevância desse artigo está justamente em traçar perspectivas de integração de saberes e despertar a comunidade a ela vinculada para outros olhares ao território e ao modo de pertencer a ele que a vida cotidiana confere. Ao mesmo tempo, o artigo apresenta um processo de protagonismo juvenil sustentado pelo uso de um leque de ferramentas integrativas visando ao empoderamento desses jovens, não só com relação à geração de renda, mas, também, com relação ao exercer seu papel de cidadãos em contextos públicos (com relação ao seu bairro).
- “Metodologias Integrativas: Abrindo Novos Caminhos para a Criação Coletiva na Gestão Social”. A contribuição indicativa desse texto relata uma experiência de produção de conhecimento a partir da intuição, a qual abre, ao mesmo tempo, para novos modos de conhecer a si, ao outro e à totalidade. A experiência sensível aconchega a necessidade de ser e viver no processo de aprender e ampliar o olhar para o mundo, para o espaço-tempo convencional, e remete os participantes a vivenciarem a amplitude do conhecimento, gerando modos distintos de apreensão da realidade e de compreensão da totalidade. Em cada parte, há o Todo, assim como o Todo acolhe e integra as múltiplas parte (cfr nota 20). Esse método desperta os sujeitos para um estado participativo que conecta o estético ao político (ainda que em escala da convivência *in loco*), reverberando na dimensão ética a partir de uma experiência epistêmica (de conhecimento) integrada. Uma modalidade que ilumina um possível contato consigo mesmo (através da intuição), enquanto fonte legítima de conhecimento, que pode integrar o conhecimento analítico e sistematizado. Assim, os participantes se reconhecem inventores, criadores de novos conhecimentos/possibilidades de ser como unidade na diversidade.
- *Performance & Development*. Com esta contribuição, o autor leva-nos ao bojo da cidade de Nova Iorque, ao âmago de um grupo de ativistas de teatro comunitário que usa dessa “técnica” com jovens de bairros e condições desfavorecidas, para abrir o campo da exploração de outras possibilidades de ser, individuais e sociais. O conceito de *performance* é trazido à tona como dispositivo crucial para se trabalhar no desenvolvimento humano e social, sendo *performance* uma típica capacidade humana, a atividade que nos possibilita experimentar ser algo além do que somos, algo diferente que, ao *performar*, se torna, de repente, uma possibilidade concreta,

uma nova forma de nos relacionarmos conosco mesmos, com os outros e com o contexto social. Ao trazer essa perspectiva teórica, o autor também discute conceitos fundamentais das ciências sociais, quais sejam comunidade, identidade, alienação, ideologia, além do próprio conceito de desenvolvimento.

- **Gestão Social Urbana: Negociação e Participação de seus Habitantes.** A perspectiva de trabalho urbanístico apresentado nesse artigo está consonante com uma tendência participativa incorporada nas políticas públicas a partir do fim do século XX e início do XXI. Tais procedimentos estão “assegurados” por lei nas dinâmicas públicas de gestão, mas não propriamente vinculadas às perspectivas contínuas da gestão governamental, colonizadas essas pelos grupos e interesses político-partidários. Em geral, há um hiato entre as dinâmicas e modalidades técnicas do planejamento e as necessidades da população. Assim, a contribuição abordada nessa partilha acerca do processo de construção do saber urbanístico de um território na Grande São Paulo, pela comunidade que nele vive e habita, aponta para a relação entre o sensorial e pragmático e o argumentativo na esfera pública. Viver o espaço público, adquirindo intimidade e segurança em sua forma de apropriar-se dele, é produzir saberes dignos de troca e, também, alicerces eficazes para o posicionamento empoderado daqueles que se dispõem a planejar a própria vida em contato com o outro, seja ele técnico ou popular.
- **Tempo de bordar.** O artigo, que esquiva o típico molde acadêmico, nos envolve na narrativa de uma experiência que visa, através do dispositivo do bordado, um encontro íntimo entre as pessoas que participam dela. Aponta para o bordado como meio expressivo, ao mesmo tempo tradicional e inovador, remetendo às diversas formas de marcação da vida humana no campo da materialidade enquanto fato histórico e milenar. O cuidado com a beleza e o pronunciamento estético, especificamente ligado a elementos materiais simbólicos para cada contexto, é base de uma vida íntima conectada à sua dimensão pública. Ao produzir coletivamente peças artísticas, as pessoas mergulham em suas raízes culturais, se apossam e exercitam o fluxo participativo de introjeção do que é público, comunicando o que desse público é privado. A produção coletiva de um processo histórico através do bordado reúne a potência do movimento estético a uma dimensão ancestral de explicitação de si e apropriação simbólica do coletivo. Conhecer a história de “minha terra” em processo de produção criativa instiga o desejo de gerar visibilidade ao que é comum a todos. Expor a história da “nossa terra” torna-se, nesse processo, um ato político que, além de colocar cada sujeito na intimidade de sua produção poética, gera inteireza ao situá-lo na coletividade. Um “eu” apropriado de si e conectado ao outro e ao todo.
- **Pedagogia da criatividade.** O artigo leva-nos ao bojo da questão do como se produz

empoderamento, sendo este considerado, no debate sobre GS, um dos fatores determinantes para a construção do “novo sujeito público” mobilizado e capaz de ocupar a esfera pública. Discute-se a assunção simplória que vê no acesso à renda o elemento crucial desse empoderamento, enquanto é apresentada a tese de que o se legitimar os sujeitos em sua dimensão criativa pode ser um poderoso fator de autorreconhecimento e valorização. Relatos da experiência do Projeto “Rios de Encontro” (Marabá/PA) corroboram e alimentam a reflexão, mostrando, ao mesmo tempo, as dificuldades e desafios postos pelo conflito entre a realidade dos grandes interesses territoriais e a busca de autodeterminação de uma comunidade quilombola.

- **Habitar no Tempo (vídeo).** A prática interdisciplinar e intercultural abre o campo para um fazer conectado com a localidade e a globalidade da vida contemporânea. No espaço educador onde tal vídeo foi produzido, há um compromisso em atrelar o passado ao presente, gerando um olhar para o futuro. Essa produção retrata um momento aparentemente sem importância de cuidado do espaço físico na Fundação Casa Grande (Nova Olinda, CE), mas remete ao forte significado dessa experiência cultural, no sertão nordestino, buscando a participação infanto-juvenil. O aprendizado, na Fundação Casa Grande - Memorial do Homem Kariri, ocorre cotidianamente e gera condições para que jovens e crianças acessem o mundo por intermédio de seus interesses e potencialidades, assumindo responsabilidades de gerar produtos, tais como esse filme aqui disponibilizado. A gestão desse espaço cultural é uma partilha intergeracional e, ao mesmo tempo, um método de formação cidadã.

## **BORDADO LIVRE, TECENDO REFLEXÕES PARA O NOSSO CAMINHO FUTURO<sup>20</sup>**

No cenário global de nossos dias, em que as degradações socioambientais são gritantes e estão em foco diante da grande massa, ainda não está clara a origem da crise que afeta a humanidade junto ao planeta. A percepção dos impactos negativos das sociedades no meio ambiente ainda não chega a conceber, de forma socialmente evidente, a existência de uma crise civilizatória. As tecnologias avolumam-se, por um lado, quando aceleram o desenvolvimento econômico; e, por outro, inibem o tempo da criação do sujeito em sua relação consigo mesmo e com o outro<sup>21</sup>. Um tempo de fazer-se humano, de criar-se sujeito na dimensão planetária. Pois, essa condição de existência plena do ser reverbera em si mesmo como ampliação da consciência, levando-o a sentir-se humanidade em sua singularidade. O fato de os avanços tecnológicos evidenciarem a conexão global, oferecendo uma noção mais concreta da interconexão e de fazer parte do planeta, pode levar as pessoas a acreditarem que, só por estarem plugadas na internet, são cidadãs do mundo. Nesse caso, o sentido planetário de sujeito não parece estar propriamente compreendido, nem que seja espontâneo e/ou prioritário. O sentido planetário, propriamente dito, implica em vivenciar o campo das relações interpessoais, nas diversas esferas da vida, sabendo tanto habitar privativamente,

como transitar publicamente; requer a postura de observar-se em sua individualidade como pertencente ao espaço-mundo. Esse é o novo sentido necessário do ser cidadão/sujeito público de hoje.

A multiplicidade de saberes que a vida pública pode proporcionar e a profundidade que a vida íntima é capaz de gerar potencializam-se reciprocamente através do contato entre os sujeitos. Quanto mais intenso for esse encontro, mais condições haverá para se conectarem à complexidade presente no cotidiano e para se sentirem parte de uma teia, quicá tecelões (coprodutores) dela. A ideia é sair do lugar comum ao se pensar a coletividade grupal ou a multidão; é encarar como possível a composição de um olhar ampliado e da edificação de novos espaços. Espaços públicos inclusivos e éticos, abertos à multiplicidade dos sujeitos em seus saberes e fazeres, mas também espaços quietos e vagarosos, reflexivos e criativos, diante do alvoroço da vida contemporânea.

O caráter planetário está posto quando a atuação é integral e integrada, produzida através da condição de se viver um novo espírito<sup>22</sup>, a partir de novos métodos, os quais se valem de perspectivas complexas mas, ao mesmo tempo, se desenvolvem com simplicidade, isto é, são acessíveis ao humano em sua diversidade cultural e em suas formas de vida. Isso nos é apresentado nos artigos a seguir através das atividades: do Projeto Gestão Social nas Escolas e em espaços culturais como a Fundação Casa Grande; de planificação do território; de bordado que conta e ressignifica a história; da exploração dos sentidos e da intuição para a produção partilhada de conhecimento ou, ainda, da dramatização e *performance*, do resgate das raízes culturais, como instrumentos de empoderamento e exploração de novas possibilidades. Quando a arte, a lógica, o corpo e a ética coadunam na direção do bem comum, a potencialidade coletiva desperta os indivíduos para construir em conjunto e planejarem um novo caminho para o projeto de conviver.

Sendo assim, as Metodologias Integrativas oferecem uma gama de reflexões e métodos apropriados àqueles que buscam por uma forma distinta de gestão e de vida (insubordinada ao tecnicismo) e que desejam mudanças. Esses grupos estão dispersos por todo o território-mundo e, independentemente das diferenças étnicas, econômicas e sociais, buscam por uma transformação paradigmática tal que o ser humano esteja integrado à Vida em suas mais diversas formas de existência, saber e expressão.

Parafrazeando Bachelard (1993, p. 210), quando disse “*é preciso imaginar muito para ‘viver’ um espaço novo*”: é preciso inventar muito para viver um novo espaço. Isso não significa que possamos chegar e atropelar as formas de vida e convivência existentes, só porque pautadas por um paradigma que consideramos esgotado. Os processos de gestão social precisam aproximar, com o devido respeito, o cotidiano das pessoas, quando levam uma proposta de construção coletiva. Toda invenção parte de um contexto de vida, onde o grupo participante deve poder acompanhar o que lhe diz respeito e se sentir efetivamente construindo junto. Não basta a presença física no recinto de uma atividade que vise à Metodologia Integrativa, é preciso que cada pessoa se sinta, verdadeiramente, participe do processo - observando no resultado da produção, sinais de sua contribuição e, ao mesmo tempo, reconhecendo a parceria do outro em seu desenvolvimento ético. O relevante desse processo é ver desperta, entre os sujeitos, a intenção de partilha e a alegria de ser ali com todos.

As formas normativas de institucionalização da vida nas cidades deixam pouco espaço e reduzem (em demasia) o tempo para a convivência significativa entre as pessoas. Nesse sentido, há uma necessidade premente de se pensar e agir na direção de proporcionar lugares em que elas possam exercitar sua condição de sujeito, tanto na dimensão do privado quanto na vida pública - um privado que acolha a singularidade e o pertencimento a um jeito de ser específico e um público que dissolva a marca individualista do posicionamento em grupo e ofereça condições de abertura para a construção de novos modos de gerir processos e de exercer liberdade. Atualmente, é preciso gerar movimentos nessa direção, pois o movimento fomentado pela tendência técnico-cientificista de ordenamento planetário vem aprisionando a Vida em determinações humanas de dominação.

A visão fatalista e determinista de que não há como mudar tal panorama dificulta a transformação desse cenário e trava a possível compreensão do que fazer para existir com potência e plenitude, individual e socialmente. Mesmo assim, essa busca vem se construindo em diversos lugares do território-mundo através de práticas comprometidas com a partilha do saber e o ideal de liberdade.

Com este número da Revista Interdisciplinar de Gestão Social sobre “Metodologias Integrativas”, quisemos mapear esse tipo de busca: iniciativas que tendem a desenvolver métodos críticos dos modelos tecnicistas e destacar outras referências e possibilidades. A princípio, imaginou-se que seria possível tratar de práticas que contribuem para um novo olhar em Gestão Social, nos seus espaços convencionais de trabalho. Contudo, o resultado mostra que o que chamamos de Gestão Social amplia os espaços de atuação convencionados como próprios da gestão (a empresa, as organizações, as comunidades), estendendo-se às atuações culturais, urbanísticas, psicossociais e transpessoais. Essa característica da publicação confirma essa ampliação dos espectros dessa prática, assim como permite dizer que o salto paradigmático não é só necessário, mas também emergente.

As práticas apresentadas remetem a um estado diferenciado de compreensão do mundo e de atuação sobre a realidade vivida. Cada uma demonstra o compromisso gestorário integrado, dialógico e potencializador dos sujeitos que delas participaram como autores de sua própria história de vida. Ao mesmo tempo, os casos relatados não abarcam ainda o tamanho da complexidade que, teoricamente, se alude. Eles apontam para a tendência aqui descrita, constroem aproximações de uma nova forma de tratar problemas públicos, de reconhecer e auxiliar o surgimento de novos sujeitos públicos, em escalas distintas e conscientes da interconexão planetária.

Com estas breves reflexões esperamos estar contribuindo para um debate e uma tomada de consciência, junto de todos os gestores envolvidos nas práticas aqui apresentadas. Elas pertencem a um movimento vasto de muitas outras, que acolhem diariamente o desafio de transformar resignação e fatalismo em perspectivas de mudança radical e profunda; mudança na forma de contribuir para a construção do novo sujeito público e de pertencer a uma esfera pública realmente inclusiva, capaz de imbricar as múltiplas dimensões e sentidos dos saberes e fazeres que a consciência planetária nos exige, hoje.

**NOTAS**

- 1 Usamos da definição que se encontra na “Carta do Campo de Públicas”, redigida em Brasília, 1 e 2 de outubro de 2013, em ocasião do XI Fórum de Coordenadores e Professores do Campo de Públicas, o qual presenciou o julgamento do recurso contra as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do Curso de Administração Pública (Resolução CNE/CES 266), indeferido por unanimidade pelo pleno do Conselho Nacional de Educação (CNE): “O Campo de Públicas é o campo multidisciplinar de formação acadêmica, científica e profissional de nível superior, assim como da pesquisa científica, comprometido com a consolidação democrática. Tem como objetivo formar profissionais, gerar conhecimentos, desenvolver e difundir metodologias e técnicas, propor inovações sociais e promover processos que contribuam para o fortalecimento da esfera pública, a qualificação e melhoria da ação governamental e a intensificação e ampliação das formas de participação da sociedade civil na condução dos assuntos públicos. Compreende tanto as ações de governo quanto as de outros agentes públicos não governamentais, sobretudo as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos.”
- 2 Encontros Nacionais de Pesquisadores em Gestão Social. O primeiro destes encontros aconteceu em 2007 em Juazeiro do Norte e o próximo (o oitavo) será acolhido em Cachoeira-Bahia pela Universidade Federal do Recôncavo Baiano.
- 3 A dimensão Transpessoal (WEIL, 2003; WILBER, 1980; WALSH; VAUGHAN, 1999) remete a “possibilidades que ultrapassam a concepção de uma limitação orgânica e biográfica para as experiências conscienciais e desvelam possibilidades transcendentais para a consciência humana”. Vale ressaltar que tal concepção parte de um movimento científico que congrega teóricos das ciências naturais e sociais, a partir de revolucionários avanços científicos do século XX, representando uma nova visão para a ciência ocidental. Sendo assim, a visão transpessoal propõe a “existência dessa dimensão maior e mais profunda da realidade e do ser, onde é descrita uma interligação e interpenetração cósmica ocorrendo em todos os níveis e campos do universo, sugerindo que estamos mergulhados em uma inefável e pluridimensional realidade unitária [...] extremamente complexa e organizada, na qual são superadas todas as noções de temporalidade e espacialidade assumidas pelo modelo cartesiano-newtoniano de realidade” (BOAINAIN, 2003, p. 11).
- 4 Isto é, que visam um fim objetivo e incontestado, do tipo maximização do lucro, organização racional do trabalho, minimização dos custos, etc.
- 5 Desde os objetos de consumo até as decisões ou o comportamento das pessoas a qual, sem medo, chamamos de gestão de recursos humanos.
- 6 Nessa perspectiva, a GS vem se consubstanciando em termos de “[...] coprodução do bem público como estratégia de produção de bens e serviços públicos em redes e parcerias, contando com engajamento mútuo de governos e cidadãos, individualmente ou em torno de organizações associativas ou econômicas. Por meio da coprodução, os cidadãos são ativamente envolvidos na produção e na entrega dos bens e serviços públicos, tornando-se corresponsáveis pelas políticas públicas” (SCHOMMER *et al.*, 2011, p. 40).
- 7 Não podemos ser ingênuos com relação ao sentido de reivindicar para determinado campo o estatuto de ciência. O qualificar algo como científico se tornou, durante os últimos séculos, a garantia de legitimidade, a autoridade, capaz de silenciar muitos outros discursos. Para aprofundarmos as implicações que esse pertencimento implica, veja: Alvares (2000); Escobar (2000); Santos (2005); Santos; Menezes (2010).
- 8 Como mostrado pela teoria dos sistemas abertos (os que funcionam nas margens da estabilidade), esses são produtos da sequência das suas configurações, onde eventos imprevisíveis, mínimas flutuações de energia, podem levar o sistema para um novo estado de menor entropia. Nesse sentido, eles são produto de sua própria história (PRIGOGINE; STENGERS, 1979;

SANTOS, 2005).

- 9 Ao falarmos de envolvimento integral, estamos apontando para um tipo de mobilização dos sujeitos que não seja pautada apenas em interesses e cálculos econômicos e sim na capacidade de despertar e canalizar a possibilidade de desejar, sonhar e tentar realizar condições de vida diferentes (GIANNELLA, 2008).
- 10 Como mostram diversas dissertações recentemente defendidas, focadas na análise de casos de políticas territoriais participativas no nordeste brasileiro. Veja Alves (2013); Caillou (2013).
- 11 Para uma reflexão crítica e clarificação de um sentido possível do ambíguo conceito de empoderamento, veja o artigo de Giannella; Baron; Souza, neste número.
- 12 Esfera pública é definida em Wikipedia como: “[...] a dimensão na qual os assuntos públicos são discutidos pelos atores públicos e privados. Tal processo culmina na formação da opinião pública que, por sua vez, age como uma força oriunda da sociedade civil em direção aos governos no sentido de pressioná-los de acordo com seus anseios.” Tenório (2008) acrescenta: “O conceito de esfera pública pressupõe igualdade de direitos individuais (sociais, políticos e civis) e discussão, sem violência ou qualquer outro tipo de coação, de problemas por meio da autoridade negociada entre os participantes do debate” (TENÓRIO, 2008, p. 41).
- 13 A que fundamenta o cálculo, a análise objetiva, a explicação monocausal e linear, visando à previsão e controle dos resultados.
- 14 Provavelmente, a educação infantil representa a única exceção a essa situação. No entanto, a visão da educação como treino para a competição no sistema global leva a antecipar sempre mais, até nas crianças, o momento em que o estímulo das inteligências múltiplas é substituído pelo fortalecimento da (presumidamente) única inteligência valorizada pelo mercado.
- 15 Neste texto, encontra-se a descrição de algumas Metodologias Integrativas utilizadas na condução do ENAPEGS 2011, em Florianópolis.
- 16 Aludimos aqui a um diálogo também integrativo, isto é, não apenas baseado na afirmação da racionalidade lógico-formal, mas sim na possibilidade ampla de expressão e de escuta do outro, que as próprias MI nos ensinam e apresentam.
- 17 É costumeira a concepção de esfera pública apenas como *locus* da luta entre argumentos racionais, ou entre poderes. Aqui estamos introduzindo uma noção diferente que implica no reconhecimento da esfera pública como campo de tensão entre dimensões que a visão mecanicista nos leva a desconsiderar, como a ética e a estética.
- 18 Termo alemão utilizado para definir o “espírito da época”, no qual se contextualizam as produções científicas e/ou heurísticas. O novo espírito do tempo que estamos precisando construir pautar-se-á no saber da limitação dos nossos saberes; na consciência da interdependência global que exige um novo cuidado com a vida e, como consequência, no conceito de terra-pátria. A nossa pátria é o próprio planeta (MORIN, 2013) e é nesse sentido que podemos falar da necessidade de emergência de um sujeito público planetário.
- 19 “Os hologramas possuem uma característica única: cada parte deles possui a informação do todo. Assim, um pequeno pedaço de um holograma terá informações de toda a imagem do mesmo holograma completo. Ela poderá ser vista na íntegra, mas a partir de um ângulo restrito. [...] Este conceito de registro “total”, no qual cada parte possui informações do todo, é utilizado em outras áreas, como na Neurologia, na Neuro-fisiologia e na Neuro-psicologia, para explicar como o cérebro armazena as informações ou como a nossa memória funciona” (Wikipédia, Holograma, disponível em rede). Trata-se de um procedimento metodológico oriundo da Física (ótica). No entanto, o uso da metáfora do holograma para a mente ou o universo implica dizer que estes (mente e universo) contêm um complexo de informações de forma imanente (potencial); deste complexo, só se atualiza um conjunto específico, a partir do

“feixe de luz” (a consciência), jogado em determinado ponto do holograma por um observador determinado. Para uma explicação mais extensa ver: <http://monikavonkoss.com.br/expansao-consciente/realidade-hologr%C3%A1fica>

- 20 Referimo-nos, com essa metáfora, ao artigo contido neste número: “Tempo de Bordar”, o qual nos leva para a visão da atividade do “bordado livre”; essa prática extrapola a tradicional de repetir, com o bordado, um desenho predefinido, para levar cada autor a inventar seu desenho a partir das inspirações dadas pelo contexto.
- 21 Esse outro, conforme discutido mais acima, não alude exclusivamente a outro humano e sim às outras dimensões planetárias da vida e da consciência. Conforme Buber (2001), busca definir a relação entre o eu e o “não eu” a partir de uma ação intencional de abertura para com o outro; a esta, ele denomina de relação entre o Eu e o Tu. Esse outro (o Tu) é uma forma de existência distinta da pessoa do “eu”, que pode ser vivenciada na relação com os humanos, com a natureza e com o Todo, denominado por ele como o grande Outro.
- 22 O *Zeitgeist* referendado na nota 18.

## REFERÊNCIAS

ALVARES, Calude. Ciência. In: SACHS, Wolfgang (Org.). **Dicionário do Desenvolvimento**. Guia para o Conhecimento como Poder. Petrópolis: Editora Vozes, 2000, p. 40-58.

ALVES, Josefa C. Martins. **A Participação Social a partir do Programa Federal Territórios da Cidadania: O Caso do Território do Cariri/CE**. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável) – PRODER, Juazeiro do Norte, 2013.

BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993. Coleção Tópicos.

BARON, Dan *et al.* **Colheita em Tempos de Seca**. Cultivando pedagogias de vida por comunidades sustentáveis. Belém: Transformance, 2011.

BATISTA, Vanessa L. **Pelas Beiras da Cidade: A intervenção psicossocial como antecedente necessário ao planejamento urbano participativo**. 2008. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

BOAINAIN JR., Elias. **Grupos Transcentrados: Investigando a utilização de uma metodologia “rogeriana” grupal para exploração e desenvolvimento de potencialidades transepsociais**. 2003. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, 2002.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembranças de Velhos**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BOULLOSA, Rosana, F., SCHOMMER, Paula, C. Gestão social: caso de inovação em políticas públicas ou mais um Enigma de Lampedusa? In: RIGO, Ariadne, S., R. *et al.*

(Org.), **Gestão Social e Políticas Públicas de Desenvolvimento: Ações, Articulações e Agenda**. Coleção ENAPEGS, UNIVASF, Recife, v. 3, p.65-92, 2010.

BUBER, Martin. **Eu e tu**. 8. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

CAILLOU, Antônio E. Pinheiro. **Os Desafios da Governança Territorial na Promoção do Desenvolvimento Regional Sustentável do Cariri Cearense**. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável) – PRODER, Juazeiro do Norte, 2013.

CAPRA, Fritjof. **O Ponto de Mutação**. São Paulo: Editora Cultrix, 1982.

\_\_\_\_\_. **A Teia da Vida**. São Paulo: Editora Cultrix, 2001.

CIAMPA, Antonio da C. **A Estória de Severino e A História da Severina**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

ESCOBAR, Arturo. Planejamento. In: SACHS, Wolfgang (Org.). **Dicionário do Desenvolvimento**. Guia para o Conhecimento como Poder. Petrópolis: Editora Vozes, 2000, p. 211-228.

DA SILVA, Hugo Leonardo, **Poética da Oportunidade: tomada de decisão em estruturas coreográficas abertas à improvisação**. Salvador: EDUFBA, 2009.

DAMÁSIO, Antônio R. **O Erro de Descartes**. Emoção, razão e o cérebro humano. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

ESPINOSA, Baruch. **Os Pensadores: Baroque de Espinosa, 1632-1677**, 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FRANÇA FILHO, Genauto C. Definindo Gestão Social. In: SILVA JR, J.; MÂSIH, R. T.; CANÇADO, A.; SCHOMMER, P. C. **Gestão Social**. Práticas em debate, teorias em construção. Juazeiro do Norte: LIEGS/UFC, 2008, p. 26-37.

FERRARINI, Adriane Viera. **Pobreza**. Possibilidades de construção de políticas emancipatórias. São Leopoldo: Oikos Editora, 2008.

FISHER, Frank; FORESTER, John (Ed.). **The Argumentative Turn in Policy Analysis and Planning**. Londres: University College of London, 1993.

GARDNER, Howard. **Inteligências Múltiplas, a Teoria na Prática**. Porto Alegre, 2000.

GIANNELLA, Valéria. Base teórica e papel das metodologias não convencionais para a formação em gestão social. In: CANÇADO, Airton Cardoso *et al.* (Org.). **Os desafios da formação em gestão social**. Coleção ENAPEGS, v. 2, Palmas: Provisão, 2008.

\_\_\_\_\_; ARAÚJO, Edgilson Tavares de; OLIVEIRA NETA, Vivina Machado de. As Metodologias Integrativas como caminho na ampliação da esfera pública. In: SCHOMMER, Paula Chies; BOULLOSA, Rosana de Freitas. (Org.). **Gestão Social**

como **Caminho para a Redefinição da Esfera Pública**. Florianópolis: Editora UDESC, v. 1, p. 139-164, 2011.

\_\_\_\_\_; MOURA, Maria Suzana. **Gestão em rede e metodologias não convencionais para a gestão social**. Coleção Roteiros de Gestão Social, v. 2, Salvador: CIAGS/UFBA, 2009. Disponível em: <www.paideia.tk>, área acervo/livros.

GÓIS, Cezar Wagner de L. **Saúde Comunitária: Pensar e Fazer**. São Paulo: Hucitec, 2008.

GROF, S. **Além do Cérebro**. São Paulo: McGraw-Hill, 1988.

HABERMAS, J. Teoría de la acción comunicativa. Trad. Manuel Jimenez Redondo. Madrid: Taurus, 1987. v. 2.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

MAFFESOLI, Michel. **Elogio da Razão Sensível**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

MELUCCI, Alberto. **Creatività, miti, discorsi, processi**. Milão: Feltrinelli, 1994.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Merleau-Ponty**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MORAES, Maria Cândida. **Ecologias dos Saberes**. Complexidade, Transdisciplinariedade e Educação. São Paulo: Antakarana/ WHH, 2008.

MORIN, Edgar. **A Religação dos Saberes: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

\_\_\_\_\_. **A Via para o Futuro da Humanidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

PINHO, José A. G. de. Gestão Social: Conceituando e Discutindo os Limites e Possibilidades na Sociedade Brasileira. In: SCHOMMER, Paula Chies; BOULLOSA, Rosana de Freitas. (Org.). **Gestão Social como Caminho para a Redefinição da Esfera Pública**. Florianópolis: Editora UDESC, v. 1, p. 21-52, 2011.

PRIGOGINE, Ilya; STENGERS, Isabelle. **A Nova Aliança: A metamorfose da Ciência**. Brasília: Editora UNB, 1984.

RAHNEMA, Majid. Pobreza. In: SACHS, Wolfgang (Org.). **Dicionário do Desenvolvimento**. Guia para o Conhecimento como Poder. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. p. 229-250.

REPETTO, Fabián. (Ed.) **La gerencia social ante los nuevos retos del desarrollo social en América Latina**. Ciudad de Guatemala: Magna Terra Editores S.A., 2005.

RUAS, Roberto. Literatura, Dramatização e Formação Gerencial: a Apropriação de Práticas Teatrais ao Desenvolvimento de Competências Gerenciais. In: **O&S**, EAUFBA, n. 32, p. 121-142, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

\_\_\_\_\_. A Sociologia das Ausências e das Emergências. In: **A Gramática do Tempo**. Para uma nova cultura política. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

\_\_\_\_\_; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

SAYAGO, Doris A. V. Os Novos Protagonismos e as novas Lideranças da Gestão Social Participativa. In: CANÇADO, Airton Cardoso; TENÓRIO, Fernando Guilherme; SILVA JR. Jeová. **Gestão Social**. Aspectos Técnicos e Aplicações. Editora Unijuí, 2012, p. 273-294.

SCHOMMER, Paula Chies *et al.* Coprodução e inovação social na esfera pública em debate no campo da gestão social. In: SCHOMMER, Paula Chies; BOULLOSA, Rosana de Freitas. (Org.). **Gestão Social como Caminho para a Redefinição da Esfera Pública**. Florianópolis: Editora UDESC, v. 1, p. 31-70, 2011.

TENÓRIO, Fernando G. Gestão Social, um conceito não idêntico? In: Cançado, A.; TENÓRIO, F.; SILVA, T. J. (Org.). **Gestão Social**, aspectos teóricos e aplicações. Editora Unijuí, 2012.

VARELA, Francisco; THOMPSON, Evan; ROSCH, Eleanor. **Mente incorporada**. Ciência cognitiva e experiência humana. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

WALSH, R. N.; VALGHAN, F. (Org.). **Caminhos Além do Ego**: Uma Visão Transpessoal. São Paulo: Cultrix/Pensamento, 1999.

WEIL, Pierre. **Cartografia da Consciência Humana**. Petrópolis: Vozes, 1978.

WILBER, Ken. **O Espectro da Consciência**. São Paulo: Cultrix, 1990.

\_\_\_\_\_. **O Paradigma Holográfico e Outros Paradoxos**. São Paulo: Cultrix, 1991.

\_\_\_\_\_. **The Atman Project**: A transpersonal view of Human Development. Wheaton: Quest, 1980.

**Valéria  
Giannella**

Formada em Planejamento Urbano e Regional pela Escola de Arquitetura de Veneza (Itália), onde também cursou seu Doutorado em Políticas Públicas do Território. Desde novembro de 2009, tornou-se professora adjunta da Universidade Federal do Ceará, Campus no Cariri, hoje UFCA (Un. Fed. do Cariri). Desde 2011, é professora permanente do Mestrado Interdisciplinar em Desenvolvimento Regional Sustentável e líder do Paidéia, Laboratório Transdisciplinar de Pesquisa e Extensão sobre Metodologias Integrativas para a Educação e a Gestão Social, reconhecido pelo CNPq. Hoje está como coordenadora do Curso de Bacharel em Administração Pública e Gestão Social da UFCA.

**Vanessa  
Louise  
Batista**

Graduada em Psicologia pela Universidade de Taubaté - SP, mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e doutora em Psicologia Ambiental pela Universidade de São Paulo. Professora da Universidade Federal do Ceará desde 2010, inicialmente como substituta no Departamento de Psicologia e, atualmente, está como professora efetiva no Departamento de Fundamentos da Educação da FACED-UFC. Líder do Laboratório de Estudos sobre a Consciência (LESC-PSI), cadastrado no CNPq.